

NAÇÃO, NACIONALIDADE E TERRITÓRIO NA PRODUÇÃO DA REGIONALIDADE

José Carlos dos Santos*

RESUMO: Existem várias formas de pensar a constituição do espaço. São várias as práticas de delimitação que transitam entre a formação do *Eu* e a visibilidade materializada. Este artigo comenta este deslocamento, entre a existência individual – a biografia de um autor – e a escrita, que é enfocada como uma das tradições mais antigas de se dar visibilidade a objetos, eleitos como “coisas”, e, em que linguagem transporta-os para o mundo das representações.

PALAVRAS-CHAVE: Transmutação, Horizonte possível, Hermenêutica, Discurso, Representação.

NATION, NATIONALITY AND TERRITORY IN THE PRODUCTION OF REGION

ABSTRACT: There are several forms of think about construction of space. Many are practices of delimitation that transit almost the formation of I and the materialized visibility. This paper comments this displacement between the individual existences – an author’s biography – and the writing is focused one of oldest traditions to give visibility to objects, elect as “things”, in that language that carry it to the world of representations.

KEY WORDS: Transmutation, Possible horizon, Hermeneutic, Speech, Representation.

1. Introdução

Existem várias formas de algo criado pela imaginação tomar contornos visíveis, além de qualquer expressão não-materializada. Via de regra, é o inverso que predomina: algo material, com o qual os olhos se confrontam serve de “obstáculo” ao pensamento instigando-o à criação. O choque entre a imagem de pensamento e o objeto remete o sujeito a galgar relações possíveis no campo da imaginação. É uma prática de caminhante, na qual a metáfora desloca-se adiante dos pés do sujeito itinerante (CERTEAU, 1998). Um discurso ou um saber tem esta pretensão: colocar o sujeito em relação com um imóvel, uma “situação” que o instiga à criação. Trata-se de um deslocamento por entre um saber do qual o sujeito mesmo faz parte. Está

* Doutor em História e docente das disciplinas de Ciência Política e Teoria do Estado dos Cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis, da Unioeste. Endereço do autor: Rua Pernambuco, nº 1777, Marechal Cândido Rondon, Pr. CEP 85 960-000.

por ele envolvido. Logo, resolver a “situação”, melhor dizendo, o ato da criação, não representa outra coisa senão responder a partir dos atos da potência (Nietzsche) de um saber, que apela ao sujeito e lhe dá garantias de um procedimento “correto”.

A produção de uma obra de arte, de um texto, de uma memória, de um documento, um acordo internacional, do restabelecimento de uma fronteira, entre outros aspectos, segue este itinerário. Trata-se de uma fronteira lingüística, axiológica, existencial. Algo que separa e une, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, linguagem e pensamento. Não se trata, contudo, de pensar somente o contexto. Equivocadamente, argüiu-se pela tradição da *Social History* que não existe linguagem sem contexto. Pensaram um contexto marcado pela ação dos sujeitos. Pela disputa, pela posse, pelo domínio. Não se trata disso. Como bem destacou Philippe Meyer,

“um pensamento é um processo dinâmico e estruturado da mente humana, que nasce geralmente de sensações, de percepções sensoriais ou sensitivas, de lembranças, de afetos e de emoções complexas, de conceitos ou de deduções anteriores. Pode também nascer de aparentemente nada, ou seja, talvez de um inconsciente. A seqüência é caprichosa, detendo-se indefinidamente, gerando um novo pensamento ou enveredando por um arquivo mnêmico” (MEYER, 2002, p. 46).

Pode-se, então, afirmar que o conhecimento produzido, diga-se “novo” ou “clássico”, é um diálogo consigo mesmo, um falar com suas próprias verdades. Se for criação da mente humana, não pode ser externo ao sujeito, embora reconheçamos que ele existe para o mundo circundante. Contudo, não é a materialidade do mundo que determina seu pensar; apenas instiga-o a resolver os obstáculos postos por ela. A singularidade existencial, a experiência antropológica, o existir é a fronteira entre a imaginação e aquilo que está fora dela.

1. O Objeto e a Forma

Esta questão não é nova para o campo acadêmico. Desde Aristóteles fazia-se a pergunta de como algo imóvel passa para o universo da linguagem. No tratado *Peri Hermeneias* (Da Interpretação), o autor coloca em cena um termo, ainda muito usual nos dias correntes, para pensar o conceito de “sentidos”: interpretar – hermeneuein – e hermeneia, interpretação. A mitologia grega dizia que o portador desta qualidade, deus das interpretações, era Hermes. Ele tinha como função transmutar tudo aquilo que estivesse além do entendimento em formas decodificáveis que utilizassem linguagens absorvíveis pela razão humana. Ou seja, transmutar ou interpretar significava intermediar o que era ininteligível e o que se mostrava com clareza ao intelecto humano. Desta tradição sobreveio um primeiro sentido para o termo hermenêutica.

Os gregos creditavam a Hermes a descoberta da escrita. No sentido grego, foi-lhe atribuída a função de trazer para a compreensão aquilo que era ininteligível. Além de deus da escrita, Hermes também foi considerado patrono dos caminhos, das ruas e do comércio. Ao que parece, estas homenagens têm uma unidade entre si: ambas sugerem modos de condução, como se fossem indicações que cadenciam um exercício habitual e quase ritual, com o objetivo de dar uma solidez ou realizar algo visível, palpável. Tanto o comércio, que teria na troca e na mercadoria a realização de uma “economia”; quanto as ruas, que teriam os traçados, as construções e as pessoas para demonstrá-las como “rua”; a escrita teria seu correspondente visível, ou seja, aquilo a qual ela se refere. Assim sendo, a escrita, os caminhos, as ruas e o comércio são formas metafóricas da tradição grega que sugerem procedimentos, operações executáveis pela experiência humana e que fossem capazes de trazer segurança ao indivíduo. Um tipo de segurança caracterizada pela visibilidade e pela praticidade à medida que fossem sinônimos da certeza. Contudo, justamente este exercício de operacionalização da escrita tem sido, conforme as tradições de pensamento, a grande questão que suscita dúvidas ou, pelo menos, é o grande alvo de acirrados debates. Na hermenêutica grega, o tema não se constitui como problema.

As funções de Hermes sugeriram, então, hábitos de pensamento: caminhos, ruas e o ato de comercializar deveriam ser meios condutores, aspectos formais de um fim, cujo resultado deve ser algo bem visível diante dos olhos de um observador que, via de regra, é o próprio executante da ação. O aspecto formal da metáfora, portanto, devia comportar-se como aquele que dá certeza de visibilidade ao objeto, mesmo ele estando muito distante, fora da imaterialidade da representação. Esta questão, no entanto, não era pertinente. No mito hermenêutico, não interessa a operação enquanto exercício, mas sim, o resultado que ele traria: algo visível.

Para o actante, a linguagem tinha que transmitir o objeto ao qual ela se referia. Compreende-se, então, o sentido e a função atribuídos ao termo hermenêutica, segundo esta tradição. Ela prestar-se-ia a servir de itinerário da verdade, porque revelaria a clareza do objeto. É preciso lembrar que as tradições de pensamento sobrevivem graças ao seu poder de recriação e institucionalização no campo acadêmico (POLKINGHORNE, 2001, p. 46). Logo, não é possível afirmar que existe uma forma siamesa do pensamento grego nos dias atuais. Todavia, é possível verificar a existência de mutações expressivamente plurais no campo acadêmico. Basta lembrarmos que, para a ciência cartesiana, o procedimento metódico garante a construção da verdade. Logo, está fora de cogitação admitir a “operacionalização” do saber ou ainda o “arquivo mnêmico”, como alertou Mayer.

Além da tradição grega, existem várias outras perspectivas de pensar a hermenêutica. É preciso atentar para a hermenêutica teológica medieval, dos esforços protestantes, de Schleiermacher, dos nomes de Wilhelm Dilthey, de Heidegger e de Gadamer, além de outros. O objetivo aqui, no entanto, não é discutir as nuances de

pensamento da hermenêutica. O propósito é mais o de aproximar um exercício de escrita de um texto. Contudo, faz-se necessário reconhecer que há outras perspectivas do como utilizar a hermenêutica como método. Cremos mesmo que o leitor atento percebeu a metodologia deste texto como um procedimento hermenêutico. Fica a encargo do leitor, no entanto, perceber que perspectiva o orienta, até porque esta forma de compreensão depende do ato de leitura de cada um, ou seja, de sua filiação acadêmica.

Voltando ao pensamento grego, segundo Richard Palmer (PALMER, 1969), há três acepções ao verbo *hermeneuein* na sua forma antiga de uso. Primeiro, ao *falar* (to say), no sentido de *falar em voz alta*; segundo, *explicar* – to explain e, terceiro, de *traduzir* – to translate, no sentido de transferir de uma língua para outra os diferentes mundos, como, por exemplo, traduzir o “mundo” do velho testamento, que nos são estranhos. Segundo o autor, mencionado por Verena Alberti (ALBERTI, 1996), estas três acepções são equivalentes ao verbo inglês *to interpret*, em português, interpretar. A primeira acepção poderia ser verificada no ato de cantar: repetir uma canção, cuja autoria não é nossa. É o *to say*. “A hermeneia poderia ser uma recitação de Homero”, insiste Alberti; pode ser também o padre que interpreta a palavra de Deus, ou seja, é o portador da palavra, porque tem o poder de proclamar algo divino entre Deus e os homens, diz Palmer.

Há ainda outra questão relevante. Trata-se do significado do termo em uso. Sentido ou sentidos, para a Escolástica¹ definiu-se como *sensorium commune*: ter sensações. Logo, embora afirme Aristóteles que os sentidos mudam, não sendo, portanto, confiáveis, são eles que produzem as primeiras sensações. Trata-se, segundo Jolivet, da consciência sensível pela qual o homem (como o animal) apreende os fenômenos da vida sensível e coordena-os (JOLIVET, 1975, p. 145). Portanto, a coisa se manifesta, o objeto se apresenta e a descrição dele é a própria apreensão. Então, ela é como a coisa é. Deste modo, o sentido é o que um objeto é em si e em toda sua totalidade, ou seja, o que ele representa do ponto de vista formal. A *sensorium commune*, conceitualmente, relaciona-se com a hermeneia. Não se trata apenas de palavras ou verbos, mas de uma sombra do objeto original. O mito dos caminhos, da escrita e do comércio, então, atribuídos a Hermes, têm este significado. A escrita, sendo ela *sensorium commune*, é o objeto que ela descreve. É compreensível o porquê desta forma de entendimento. A partir dela é possível perceber o poder na palavra que sobreviveu. Basta mencionar o poder dos textos bíblicos e dos documentos oficiais, eclesásticos ou não.

Esta forma de entendimento contempla o mito do deus Hermes. A escrita

¹ Escolástica foi um movimento filosófico e teológico que pretendeu usar a razão natural humana e, particularmente, a filosofia e a ciência de Aristóteles para compreender o conteúdo sobrenatural da revelação do cristianismo. Foi o principal movimento nas escolas e universidades medievais da Europa, de meados do século XI a meados do século XV.

“realmente” deseja aproximar o indivíduo daquilo que ela descreve.

2. O Subterrâneo do Mito

O mito de Hermes é uma hermenêutica porque é um exercício. Ele confronta espírito e forma, ou seja, uma metáfora e um algo material, em coisas visíveis. Um autor, ao produzir sua narrativa e, na impossibilidade de conduzir consigo o objeto do qual se ocupa, transmite o seu espírito através de uma forma, de uma sombra, de uma representação. Este espírito nada mais é do que uma imaginação formal (em forma de) para o objeto que ela pretende descrever. Este confronto entre as duas naturezas das formas – o espiritual e o formal – revela a inquestionável presença do sujeito. E não o sujeito ativo, aquele que age politicamente, mas o sujeito hodierno, desprezioso. Um sujeito de todos os dias. E de todos os dias comuns! (para além de toda forma de lumpem). Muito mais do que apenas um aspecto formal do espírito que poderia ser apenas a formalidade da escrita, revela-se um presente marcado pelo caminho percorrido pelo sujeito. É um deslocamento através de um itinerário que o uso permitiu-lhe pensar, enquanto respostas “já pensadas”, símbolos já disponíveis. Trata-se de um sentido do *ethos*, a substância individual. O sentido, enquanto operacionalização, traz apenas uma verdade antropológica: o *ethos*. As linguagens sobrevivem, os discursos se refazem, enquanto o sujeito vive.

No *Peri Hermeneias*, o mundo do possível é aquele que está além do empírico, além daquilo que é percívél, porque percívél é o reino da natureza. O espírito não perece, justamente, porque cria condições do homem ser imortal. Esta imortalidade estaria marcada pela metafísica. Por isto, o sentido da hermenêutica é a metafísica, exercício que permite a sobrevivência ancorada na ciência, porque ela está para além de toda empiria. Os universais são a verdade, a palavra escrita transmite esta verdade. Ela revela os inquéritos. Ela descreve os experimentos. Ela é a forma da demonstrabilidade. Ela é um meio que se confunde com a própria lógica escondendo, assim, o fundamental princípio de ethologização do conhecimento.

O aspecto formal e lógico da escrita, com regras rígidas, sugere que as próprias palavras engessam os sentidos. Ela esconde a liberdade do ser. O ato de interpretar já é, em si, uma hermenêutica. Toda regra foge para outra intenção. Compreender, portanto, o sentido de um texto estava além de querer ver qualquer forma de filosofia ou teoria implícita ou mesmo sua ausência. Buscava-se fazer um caminho entre o uso dos recursos de comunicação e o conteúdo do objeto. A palavra como *ethos* estava além desta tradição de pensamento.

Ignorar a existência da lógica como forma de pensamento era uma questão tática, porém isto não significou ausência de razão, muito pelo contrário: admitiu-se que a escrita era uma forma de uso racional de símbolos para a comunicação. O objetivo era deslocar do método superficial para o plano da ontologia. Uma ontologia da ciência, ou da metafísica.

O grande debate que se travará nas luzes cartesianas será justamente este. A lógica será ressaltada como a forma de indução à verdade; a hermenêutica como uma forma rebelde, incerta, susceptível de erros, porque “subjéctiva”. Afirmou-se que toda subjéctividade deveria sucumbir diante da objetividade. No período das Luzes, a analítica passou a ser a forma de demonstração predominante. Sua finalidade era afastar todas as possibilidades de relativismos, ou seja, afastar tudo aquilo que não fosse compreendido como fruto da criação da razão humana. Tudo que não pudesse ser explicitado com clareza absoluta, lógica e demonstrabilidade.

A forma lógica de pensamento acabou por fundamentar uma perspectiva de campo de atuação e dedução para as ciências humanas. Como conhecimento, corpus teórico e epistemologia, ela permanece implícita nas normas e procedimentos ancorando uma maneira de pensar bastante equânime entre os pesquisadores das várias áreas das ciências humanas e exatas. Todos conhecem o argumento: edificar um mundo racional menos impuro, livre do senso comum. Portanto, mais elevado e suscetível de acerto; um cenário da cientificidade, tecnológico ou lógico. Procedimentos que escondem de si próprio tratar-se de um “mundo da imaginação”, como disse Hayden White. Experimentável, esta nova ordem devia esconder o procedimento de origem e concentrar-se no experimento: o método não deveria falar sobre si, deveria ser claro o suficiente para que o executor não tivesse qualquer dúvida sobre ele.

A escrita ganha este *status*. Ela é o meio pelo qual, metodicamente, o saber é evidenciado. Ela é testemunha fiel, verdadeira. Com este poder explícito, cunha documentos, acordos, escritos geográficos, historiográficos, políticos, científicos etc. Ela é quase “ocular” em relação àquilo que descreve.

Este *status* da escrita é visivelmente identificado nos relatos fundadores, justamente, por este empenho ocular que a escrita, então, desempenha. Michel de Certeau chama de relato fundador aquele em que

uma inteligibilidade [que] se instaura numa relação com o outro; se desloca (ou progride) modificando aquilo de que faz seu “outro” - o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro mundo. Através dessas variantes, heterônomas entre si – etnologia, história, psiquiatria, pedagogia etc. – se desdobra uma problemática articulando um saber dizer a respeito daquilo que o outro cala e garantindo o trabalho interpretativo de uma ciência através da fronteira que a distingue de uma região que o espera para ser conhecida” CERTEAU, 1982, p. 15).

Além destas mutações lingüísticas ou linguagens cifradas, as quais o autor se refere como “variantes”, há o evidente exercício de autonomia do dito. Expressões que ganham existência no ato criativo, potencializador. Certeau, ainda, aponta a medicina, nos tempos atuais, como o grande saber fundador e destituído do *ethos*

humano, “a partir do momento em que o corpo se torna um quadro legível e, portanto, traduzível naquilo que se pode escrever num espaço de linguagem”. Os relatos vão muito além da própria medicina. Quanto mais os saberes se especializam, mais precisam ignorar a operação de sua construção, tornando-se menos hodierna e mais científica, pretendendo-se mais “ocular” daquilo que apenas descreve.

Estas mutações lingüísticas, contudo, não têm papel de performance de si próprias. Embora existam os museus das palavras – uma ciência, um relato, uma técnica, um centro de acervo, um documento, uma instituição qualquer – eles precisam do ato de reconhecimento, de uma ação do indivíduo. Então, retornamos ao *ethos*. No momento em que as lembranças fazem o homem dizer as palavras, não é, simplesmente, por exercício mnêmico, mas uma situação existencial, um “obstáculo” que lhe traz à presença, linguagens já conhecidas e, das quais, utiliza-se para a resolução do viver.

3. Narrar e Entrar em Transe

As ditas ciências humanas foram assim definidas com base em procedimento demonstrável, ocular. O requisito fundamental para existir como ciência era acercar-se de um método, de teorias e objetos. Estes requisitos foram eleitos como condições *sine qua non* para o *status* de ciência (FOUCAULT, 1992). As condições existenciais nada mais demonstram do que a forma em que se pensou e delimitou-se um certo tipo de fazer. Trata-se mesmo de uma história da epistemologia, na qual se modelaram formas de condutas e regras básicas, diga-se, fundamentais, para produzir resultados.

Não se trata de afirmar que todo tipo de conhecimento tenha passado por este crivo. Houve conhecimentos “rebeldes” e acientíficos, mas que serviram para a constituição genealógica do saber dominante (FOUCAULT, 1998). Para além deste círculo de domínio do poder oficial está o periférico. Ele esta fora do círculo acadêmico, disseminado, desordenado, sem aspiração de horizontalidade. Ele é sub-reptício. Esta sempre à espreita. E, exatamente por estar sempre atento, inserindo-se pelas fendas é que ele demonstra-se como importante. Não se trata apenas de um “poder excluído”. Trata-se de uma dimensão do próprio poder oficial, porque ele o mantém sempre de sobreaviso, tendo que lutar contra sua não-oficialidade. É uma disputa que exige, imputa a necessidade do contrário. Faz parte do exercício de funcionalidade do poder. Pode-se concordar com Foucault que o poder oficial necessita da existência do *outro* para que possa existir, para que ocorra sua genealogia.

Pode-se considerar estas características de funcionalidade do poder, tanto para um poder “enciclopédico”, quanto para qualquer outra espécie de poder, como, por exemplo, o hodierno. Elas são importantes porque comandam atos, criam existências e, ontologicamente, colocam o homem no universo do existir. Elas obedecem às ordens dos desejos, respondendo ao mundo do possível. É oportuno

lembrar que, em nosso presente, Edgard Morin tem sido um dos grandes defensores de saberes não disciplinados pela racionalidade ocidental, cientificista. Ele afirma que “cada civilização possui um pensamento racional, empírico, técnico e, também, um saber simbólico, mitológico e mágico. Em cada civilização há sabedoria e superstições. A nossa é assim, ainda que muitos pensem que não, que a razão, a ciência, a técnica não são mitologias” (MORIN, 2000, p.31).

Escrever é uma experiência ontológica. Nela fica mais evidente o saber fazendo a si mesmo e envolvendo o sujeito em suas tramas da imaginação e da fantasia. Especializada ou não, isto é, acadêmica ou hodierna, ela eleva o sujeito, força-o ao ato de se dirigir a um plano da imaginação espiritual, além de qualquer materialidade e sem, todavia, ignorá-la. Não se trata de um reino de fantasias. É uma “fuga” da existência, uma forma grega de intermediar a dureza do material e a leveza do espiritual. Trata-se mesmo de uma transmutação, uma forma de intermediar o imóvel, porque o objeto não se expressa por si e o inteligível ocorre em formas simbólicas de linguagens decodificáveis. A escrita, enquanto experiência ontológica, é, portanto, o resultado da transmutação entre o mundo material, inanimado e a experiência de construir sentidos pelo ato da elevação, da imaginação e da criatividade.

A produção historiográfica é uma das fontes nas quais fica evidente este exercício de criação. Nela aparece, claramente, o trabalho de transmutação em que um autor cose o problema existencial: questões do presente com que a vida se confronta e um horizonte do possível onde os limites da compreensão são pensados. Aqui, problemas e soluções fazem parte de um mesmo mundo, uma mesma composição. Narrador, metáforas, objetos de pensamento, soluções. Ambos estão em um mesmo horizonte material e, enquanto funcionalidade “espiritual”, resulta em um outro material que, pela escrita e método, pretende-se tão material quanto aquilo que representam.

Num relato de viagem, de autoria de um autor paranaense, escrito em de 1903, estas implicações aparecem como seus parceiros de viagem. Seu autor é Domingos Nascimento. Um ator de não muita expressão no início daquele século, pois eram os tempos de Romário Martins, Bento Munhoz, Emiliano Pernetta e muitos outros ilustres nomes da academia e da política paranaense. São nomes, cujas placas de homenagens, os arquivos, o planejamento urbano, as instituições que os homenageiam, além dos seus próprios resquícios arqueológicos, – textos, fotos, revistas, fundações – realizados diretamente, não os deixam cair no esquecimento.

Domingo Nascimento acompanha uma expedição militar às fronteiras do Oeste paranaense. Como meio de transporte usa os trilhos da *Chemin de Fer* até o Rio Negro, quando, então, a viagem se fez através de pequenos barcos motorizados. Na apresentação de seu texto, Domingos Nascimento (1903, p. 10), cria o primeiro itinerário de seu texto:

Tendo a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná resolvido realizar, nesta Capital, uma exposição de productos do Estado, sob todos os aspectos da actividade humana, certame de alto valor a inaugurar-se em 19 de Dezembro, commemorativo do 50º anniversario da installação de nossa ex-Provincia, deliberei, animado por amigos, concorrer com o meu serviço de informações sobre a grande e riquíssima zona de oeste, que num traço de 380 leguas acabo de percorrer, despendendo 103 dias de longa e penosa viagem através de sertões.

Trata-se, então, de uma produção que tem destino já acertado. Ela difere de uma produção acadêmica. Pretende ser uma espécie de vitrina, pois ele declarou que concorria em uma Exposição Estadual de Produtos do Paraná. Não deixa passar em branco, no entanto, o *status* que atribui às letras: *o meu serviço de informações sobre a grande e riquíssima zona de oeste*. As palavras emitidas por ele são precisas. Parecem desejar refutar qualquer possibilidade de imprecisão do dito que transportam. Fazem lembrar o sentido da prova ocular dos gregos. Nelas, não há um trânsito entre o imóvel e a mobilidade da linguagem. A língua vista assim é o objeto que carrega a informação. Por isto é descrição, estatística, informação.

Outro aspecto, imediatamente, chama a atenção, trata-se da concepção da Exposição: é uma atividade organizada pela Sociedade Estadual de Agricultura, na qual se espera que produtos agricultáveis sejam expostos. Contudo, ele justifica na introdução: *uma exposição de productos do Estado, sob todos os aspectos da actividade humana*. O sentido que Nascimento expressa ao que chama de *atividade humana* assemelha-se ao que Diderot definiu no seu *Encyclopédie*, ou *dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres* (*Enciclopédia ou dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios*): um conceito de homem enciclopedista, sem dúvidas, um homem construtor, em que batatas e letras concorrem para descrever a imagem de um todo, a de um Estado, por exemplo.

Este exercício de demonstração – os números, a estatística, a viagem de 380 léguas, a exposição de letras e de produtos da agricultura – são reunidos em torno de uma racionalidade, neste caso, administrativa (poderia não ser), cujo objetivo fica esclarecido pela narrativa: criar uma imagem de algo inexistente. A configuração imagética do Estado do Paraná não é, ainda, tão visível quanto se pretendia que fosse no início do século XX. Daí, todo este exercício de demonstração. Ele tem como finalidade consolidar uma imagem ainda muito ausente. É uma genealogia que tem como princípio dar uma historicidade e uma visibilidade. Esta investida aparece quando sua narrativa menciona o antes: o Paraná província e o Paraná Estado, certame commemorativo do 50º anniversario da installação de nossa ex-Provincia.

Percebe-se que estes *Paraná*s têm uma funcionalidade discursiva bastante óbvia. O antes e o agora da narrativa demarcam uma fronteira entre uma espécie de

progresso até mesmo evolutivo entre uma e outra data. Dessa forma, não significa apenas transpor de um calendário a outro, mas demonstra a visibilidade que significa deslocar-se uma para a outra.

Há outros objetos sobre os quais o exercício do discurso toma forma. O território é um deles.

O verbo percorrer quer lembrar que há um traçado, um caminho, marcos estabelecidos ou a estabelecer. O povo, ou as gentes, os rios, as florestas são outros elementos fundamentais. Portanto o *discurso dictionnaire* de Nascimento evoca uma tradição, um jeito performativo do exercitar das letras para evidenciem o objeto do qual está *falando*. Genealogicamente, o saber é mostrado como objeto, fora do exercício de sua criação. A exterioridade do saber é entendida, oferecida e consumida como objeto.

Este é um horizonte do possível, em que, por uma experiência individual e uma prática de ofício, o objeto Estado, toma contorno em uma forma escrita. É obvio que não se trata de uma forma única de representar a imagem do Estado. Ela, na verdade, é multiforme. Há outros meios e momentos em que a visibilidade aparece e, talvez, com maior exatidão que uma exposição de produtos e melhor representados do que em batatas e descrições de viagem. No entanto, ela não está em contraposição às outras. Pelo contrário, soma-se a elas. Neste momento, batatas e palavras tem um *status* idêntico ao aparato jurídico político, que dá a funcionalidade ao objeto Estado.

Este exercício remete ao entendimento de que ele faz a ontologia ser possível. Ele denuncia muito mais o ato que o objeto que ele quer representar. Não se trata de a *Encyclopédie* ser a criadora, como se fosse um suporte, sem o qual isto não seria possível. Trata-se mesmo de entender que é um exercício regrado, cuja compreensão de si mesmo está em repetir procedimentos para obter resultados seguros e precisos. Ato eleitos pela própria razão como um caminho, um hábito produtivo que coloca um objeto de “materialidade estranha” no universo da compreensão lingüística. Ao contrário de uma *Encyclopédie* criadora do objeto que representa, como disse Foucault, trata-se de um saber classificado que está à disposição, justamente, para servir de “pretexto”, para criar a ordem lógica. Mas, são apenas “potências” que dependem do ato para que entrem em exercício. Assim, as batatas também se tornam essenciais, porque elas dão visibilidade à representação que se desejava. Elas lembram as metáforas de unidade, produtividade, alimentação da população nacional etc. Elas, juntamente, com outros objetos, criam a noção de Estado à medida que são apresentadas como o objeto *Estado*.

Domingos Nascimento é homem que vive na capital, como faz questão de destacar, mas, está com os olhos voltados para o interior: os rios, as fronteiras, as cataratas, os sertões. Estas imagens, assim como o texto e as batatas, são elementos que ele reúne para a composição do todo. São partes que, somadas, criam a perspectiva de território. Embora representem empecilho, obstáculos, há um quê de ferocidade, de domínio, onde o humano sobrepuja, controla e demonstra para si mesmo o seu

valor humano. Assim, disse ele:

Era velho intento meu conhecer essa região paranaense, que aos olhos da quasi universalidade dos compatriços para lá demora impenetrável, taes as difficuldades a vencer; impenetrável como um mysterio, na sua ampla e túrgida natureza bruta, de solidões e trevas, de abysmos e assombros, cada vez mais tétricos e cada vez mais bellos, ante o vasto scenário das cataractas que bramem e das florestas que remugem. (NASCIMENTO, 1903, p. 12).

Este grande combate trava-se na escrita. A floresta parece resistir ao “desvirginar”, ao colocar-se contra a facilidade e a necessidade de descrever e conhecer. Por isto, ela é representada como solidão e trevas. A luz é o conhecimento capaz de dar visibilidade à integração, ou seja, o autor afirma que é preciso descrever, defender, criar algo conhecido. Exercício de derrubar fronteiras, ao mesmo tempo em que se criam outras. Ampliar o número das batatas é o mesmo que criar a perspectiva de território, porque demarcam novas fronteiras e deixam evidentes os seus sinais. Assim, mais batatas significam multiplicar as formas que demonstram a visibilidade. Este é o sentido da expressão, na sua introdução, quando escreveu: *o meu serviço de informações sobre a grande e riquíssima zona de oeste*.

Há duas imagens fundamentais na narrativa. Uma é a de terror; a outra, a da beleza. A primeira está ligada a uma tradição narrativa que constitui a imagem de sertão como a antítese do desenvolvimento. A origem desta genealogia do saber está possivelmente ligada à própria história do Brasil, ou mais precisamente, à história administrativa do país. A vinda da corte para a colônia criou toda uma perspectiva de urbanidade européia, onde as práticas de higienização, urbanismo, boticário e o próprio ofício da medicina, criaram um saber sobre o corpo e os lugares de cuidados destes (MACHADO, R.1986). Em concordância com Machado, Telarolli Júnior (1996) afirmou que “realizando um esquadrinamento exaustivo do meio urbano, com a utilização de noções de topografia, estatística, demografia, geografia etc., a medicina do século XIX, foi a origem de um rudimentar planejamento urbano. Regulamentaram-se o exercício e o saber médicos e buscou-se a modificação de hábitos anti-higiênicos e imorais da população”.

Os espaços que se mostravam rebeldes a esta racionalidade urbana eram tidos como ameaça ao saber médico, principalmente. Não se pretendia fazer da cidade um grande hospital. O intuito era a administração, o conhecimento metódico, visível. A medicina, neste caso, serviu a este desejo de ordenar e, portanto, de normatizar. Não é possível afirmar que o conhecimento médico foi uma espécie de “ideologia” ou saber disciplinador empunhado pela ordem política. Via de regra, ao contrário, conflitou com ele. No entanto, há uma solidez imaginária, uma certeza de racionalidade, onde o poder político e o conhecimento médico deslocam-se segundo

suas especificidades: o assediamento urbano se, por um lado, organiza a polícia, a distribuição dos espaços, a distribuição de bens, por outro, faz com que, justamente, estes espaços, estes bens, sejam assepticamente recomendados e menos ameaçadores para o público circulante.

A representação de “sertões”, sertanejo, fronteiras, escuridão, trevas, passaram a ser termos usados para descrever a antítese deste urbano. Ele ficou conhecido porque foi disciplinado pela ótica do conhecimento. Aquele, descrito como um “antro de doenças” ou lembrado como um minotauro dominado pelo homem, ou à espera do domínio – “sertões” - é alvo de historiadores, geógrafos, romancistas, administradores, militares e diplomatas. Aqui, podemos retomar ao passeio de nosso intrépido viajante, Domingo do Nascimento. As práticas políticas e a história diplomática debatiam-se com a questão da sertanidade do Brasil. A mesma solidez imaginária que permite apresentar um tipo de saber que constitui o aglomerado urbano como ideal de vida e de civilidade, por outro lado, cria o campo de solidez imaginária para deslocar pensadores regionais como Nascimento.

É preciso lembrar que esta produção é contemporânea de autores fundadores como Capistrano de Abreu, Rocha Pombo e Romário Martins, só para citar alguns. São pensadores que veiculam as escolas francesas, inglesas e alemãs dos séculos XVII e XVIII, que discutem questões de nacionalidade, fronteiras, espaço vital, racialidade, língua e religiosidade nacional. Podemos perceber que estes temas são os objetos com os quais se confronta toda a produção bibliográfica. Aliás, enquanto genealogia do saber, estes objetos, uma vez eleitos como o foco das lentes do conhecimento, criam a mobilidade ao próprio conhecimento, consolidando-o como corpo, expressão, especialidade e tecnologia. Assim sendo, conhecimentos “antigos”, como a sociologia, a sociometria, a antropologia, botânica, zoologia e outras, são potencializadas e tornam conhecidos os nomes de Darwin, Spencer, Martius e muitos outros. Ao mesmo tempo, esta solidez torna visível um conhecimento geográfico do Brasil, criam estatística, narrativas descritivas do corpo do território, seus acidentes geográficos, tipos de florestas, tipos de produtos da terra, tipos de solo, limites territoriais, racialidades indígenas, “estrangeiros” etc. Enfim, uma radiografia ou, se preferir, uma assepsia do corpo nacional, se por assepsia entender-se um trabalho de descrição de uma suposta composição do povo e do território brasileiro.

Estes campos do saber primam por informar. E gerir a informação é o mesmo que criar: é o *status* das letras e da manipulação do método e do objeto. Este mesmo *status* cria outros sinais públicos, ou, como afirmou Bourdieu, (1996, p. 25), trata-se do êxito da linguagem que está no fato dela suscitar e ressuscitar experiências singulares. Ao fazer um percurso de viajante, Nascimento espera que as palavras reunidas retratem a existência real do Oeste do Paraná e que, reunidos em uma feira, divulguem-na aos interessados que, diga-se, são membros de uma elite que deseja, justamente, conhecer, ter o controle, ter a visibilidade do todo.

Confronta-se, desta forma, a imaginação suscitada por Diderot, o objetivo do autor (dialogar com seus pares na capital paranaense) é um novo produto posto à admiração e consumo de um público. É a experiência antropológica criando para si a visibilidade de um desejo. E por meio de “coisas visíveis”.

Aqui, possivelmente, não está presente o deus Hermes. Mas, é como se estivesse. Há uma metáfora que demarca o itinerário para a razão que “sugere” formas ao espírito de como trazer para seu campo uma árvore: *“cada madero que se ergue na defesa apresenta-se altaneiro e agreste, com toda sua seiva fecunda e toda a pujança dos seus adornos que como serpes, se enroscam torcicolando-lhes o tronco”* (NASCIMENTO, 1903, p. 14). Sugerem-se desejos de um estado nacional: *“anima-me chamar a atenção dos poderes públicos e da iniciativa particular para aquellos lados que, obstinadamente afirmo, estão destinados a ser o empório de maior commercio do sul do Brasil, em próximo estádio* (ibidem), e de delimitações e deslocamento das fronteiras *“aberta a navegação mista do Iguassu e do Paraná, o nosso Estado, com especial menção, terá um desenvolvimento de progresso tão intenso que nenhum outro conseguirá sobrepujal-o, tal a sua situação geographica com relação aos paizes vizinhos e Estados limitrophes* (NASCIMENTO, 1903, p. 15). Hermes é a metáfora que caminha, antes mesmo dos pés, transmutando o mundo natural em linguagem e projetando as imagens de pensamento para que elas criem, novamente, outros deslocamentos.

Os maderos aos quais se refere, são altaneiros, como altaneiro deve ser o futuro próximo que prega para o Estado. Altaneiro a ponto de “desejar” ser o empório do Sul do Brasil, devido aos seus limites fronteiriços e riquezas inexploradas. A palavra que cimenta a imaginação é a perspectiva de desenvolvimento e integração. Então, retorna-se às teses da nacionalidade e da soberania.

Em volta dos trabalhos de Domingos, além de uma elite de pensadores já citados, encontram-se dois “laboratórios” da nacionalidade regional. O Museu Paranaense, fundado no século anterior, tinha chamado para si a responsabilidade da compilação científica da origem do homem paranaense: o homem dos sambaquis. As contribuições do Museu serão fundamentais porque ele procura respostas às perguntas, cujas letras reunidas em forma de “ciências do homem” estavam, há pelo menos dois séculos, indagando aos pesquisadores: qual a origem do homem. Uma tese que, somente, pode ser formulada por sobre, ou fora dos cânones da filosofia religiosa, pelo menos no que se refere ao modelo romano de igreja.

Agostinho de Leão, em 1876, fundou o Museu com o objetivo de rastrear, entre os “primitivos habitantes do Paraná”, a origem da espécie humana na terra. Espelhados em viajantes estrangeiros – quase sempre botânicos ou curiosos da medicina – reuniu muitas informações acerca da zoologia, flora, ornitologia e arqueologia do Estado. Coube a outro paranaense a consolidação do Museu como o grande laboratório, a partir do qual o saber seria cientificamente edificado. Romário

Martins, reconhecido pesquisador e político, ampliou a noção de objeto e, portanto, de ciência acerca do homem brasileiro e local. É dele a tese do “homem do sambaqui” litorâneo, anterior aos portugueses e conhecedores do interior do Estado. A sua tese foi fundamental, primeiro porque foi uma explicação original sobre a territorialidade do Paraná e, segundo, porque ela trouxe desdobramentos lingüísticos fundamentais para a concretização de ações efetivas de defesa e “desvendamento” do território, cuja soberania será, também, por este meio, consolidada. O corpo de conhecimento reunido pelo Museu, pelas suas conclusões e pelo próprio *status* que adquiriu como homem de *ciente*, desdobrou-se em lei de proteção ambiental, de regulação de extração da erva mate, de mapeamentos de campos geológicos, caminhos indígenas e deslocamento de “desbravadores”, em mapas descritivos, acordos e estabelecimento de limites. Romário foi, propriamente, a imagem do intelectual, do homem de ciência e sua época soube valorizar aquilo que ela própria elegeu como sendo a ciência.

Anos após a fundação do Museu, mais propriamente em 1900, a tarefa foi dividida com o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Uma espécie de cumplicidade entre o técnico e o conhecimento; entre a utilidade e a narrativa. Lá estava, novamente, Romário Martins, aglomerando e liderando um outro grupo de jovens pesquisadores. A imaginação assim se consolida. E o que era invisível foi tornado real. O Instituto chamou para si a responsabilidade de “descrever o Estado”, tornando-o evidente para todos, especialmente, para a administrabilidade. Romário escreveu no Estatuto fundador sua missão de conhecimento e reconhecimento sobre o:

Meio Físico e Vital. Observações e estudos sobre o território do Estado, extensão e limites; geografia, climatologia, orografia, hidrografia, problemas do litoral. Flora e fauna;

b - Meio Econômico. Produção e consumo, exportação e importação. Agricultura e pecuária. Indústria extrativista. Melhoramento dos produtos. Seleção e defesas das sementes. Indústria fabril e manufatureira. Comércio e transporte. Viação;

c - Meio Físico e Social. Pesquisa e estudos sobre a história política e social do Estado; sua evolução; história particular dos municípios; população. Socialização dos índios e caboclos;

d - Meio Cívico e Moral. Estudo das fases históricas dos progressos morais e cívicos da sociedade paranaense. Comemorações das datas que assinalam os progressos do Brasil e do Paraná na política, nas ciências, nas artes e nas indústrias.² (ESTATUTO de 1932).

Os sertões e as fronteiras foram, aos poucos, sendo urbanizados, colonizados e nacionalizados. Havia então, o investimento *científico*. O Empório foi sendo

² Id., *ibid.*.

descoberto. Empório, aliás, imaginado com muita precisão por Domingos. O sentido de suas palavras tem este espírito de época. Há uma cumplicidade entre aquilo que ele expressa e os consumidores com os quais ele dialoga. A Exposição de 1903, portanto, tem uma razão de ser porque se apóia em um saber, pois isso faz parte de uma arqueologia que encontra uma permissividade, ao mesmo tempo em que imagina algo possível a ser constituído. Hermes, novamente, indica os caminhos, através das letras. Cada centímetro do território é conhecido. As estatísticas controlam a reprodução humana e econômica. Os satélites descrevem os movimentos. Enfim, o saber disciplinado construiu dispositivos que criam segurança, novas letras, novos itinerários.

O empório pode ser considerado, hoje, o Mercosul, a Itaipu, a Ferroeste. Conhecem-se os estrangeiros e suas ações. “Os sertões”, hoje, em nada lembram as descrições de Domingo Nascimento. Não o seu lado assustador, desintegrado, não conhecido. Saberes sobre o espaço foram edificados e, ao mesmo tempo, tornados visíveis. É um empório. Assim foi o mito de Hermes. Ele parece, mais uma vez, fazer valer o poder de sua divindade, transmutando a imaginação em objetos reais, ordenando, realizando os desejos. As palavras operacionalizadas como sentidos imaginados – não entendendo imaginação como fantasia, mas um trâmite por entre significados socialmente compartilhados – deram visibilidades.

3. Referência Bibliográfica

ALBERTI, Verena. *A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 9, nº 17, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

JOLIVET, Regis. *Vocabulário de Filosofia*. Trad. De Gerardo Dantas Barreto. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1975.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma*. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MEYER, Philippe. *O Olho e o Cérebro: Biofilosofia da Percepção Visual*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Enesp, 2002.

MORIN, Edgar, *Saberes Globais e Saberes Locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NASCIMENTO, Domingos. **Pela Fronteira**. Curitiba: Typographia da República, 1903.

POLKINGHORNE, John. Trad. Jussara Di Lolli. **Além da Ciência**. São Paulo: Edusc, 2001.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Poder e Saúde**: As epidemias e a Formação dos Serviços de Saúde em São Paulo. São Paulo: Unesp, 1996, p. 92.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

Data do Recebimento: 10/04/2003.

Data do Aceite: 28/05/2003.